

Os principais entraves à competitividade brasileira de lácteos

Lucas Campio Pinha, Guilherme Fonseca Travassos, Glauco Rodrigues Carvalho, Kennya Beatriz Siqueira e Alziro Vasconcelos Carneiro

Entre 2000 e 2008, o Brasil conseguiu se inserir gradativamente no mercado internacional de derivados lácteos, tendo conseguido, no último ano, o maior superávit já registrado na história da balança comercial de lácteos brasileira. Com a crise internacional, em 2009 o Brasil voltou a importar mais do que exportar, fato que se manteve no ano posterior e se intensificou em 2011. Com isto, torna-se importante analisar os principais entraves à competitividade nacional que vêm impedindo o país de voltar a ser exportador líquido de lácteos.

Com o objetivo de obter informações diretamente dos agentes do mercado de leite e derivados, os quais conhecem de perto os entraves estruturais e conjunturais à exportação brasileira, foi aplicado um questionário a oito empresas que trabalham efetivamente com a exportação de lácteos. Vale salientar que foi mantido o sigilo absoluto de informações individuais, bem como a identidade dos entrevistados e das empresas em que trabalham.

No questionário, foi dada uma lista de fatores nos quais acredita-se serem os que mais interferem nas vendas de derivados lácteos ao exterior. Para cada item, o entrevistado teria que atribuir um valor entre 1 e 5 correspondente à sua opinião sobre a interferência do item na competitividade brasileira nas exportações de lácteos. O valor 1 corresponde a nenhuma interferência. Os próximos valores vão elevando a importância do item, até chegar ao valor 5, no qual o entrevistado considera o item como muito importante na competitividade brasileira, e se este fator não estiver favorável, torna-se um real entrave às exportações de lácteos.

Oito empresas foram entrevistadas, por isso o valor máximo que cada item pode atingir na soma agregada é de 40 pontos. Cabe ressaltar que o objetivo do questionário foi classificar os itens por ordem de votos, para que os três mais votados fossem discutidos posteriormente. Portanto, não são realizadas análises estatísticas dos resultados.

Na Tabela 1 são apresentados os resultados dos questionários. A maior soma agregada foi registrada pelo item custo da matéria prima com 38 pontos, 95% do total de pontos que poderiam ser atribuídos. Logo após, a taxa de câmbio foi considerada o segundo maior fator de influência na competitividade brasileira nas exportações de lácteos, com 36 pontos ou 90% do total possível. As barreiras tarifárias apareceram logo em seguida, com 33 pontos ou 82,5% (Tabela 1).

Com o crescimento robusto da economia brasileira nos primeiros anos do século XXI, viu-se um forte processo de valorização do Real frente ao Dólar Americano, maior do que a maioria das moedas de países concorrentes. De acordo com Carvalho (2011), a principal causa da apreciação do câmbio brasileiro é a alta demanda por commodities produzida pelo país, além das boas perspectivas de crescimento da economia doméstica e os elevados juros praticados, o que atrai ainda mais capital externo. Porém, os altos preços internacionais praticados na economia compensavam a perda de competitividade no câmbio, algo que não se manteve após a crise econômica mundial.

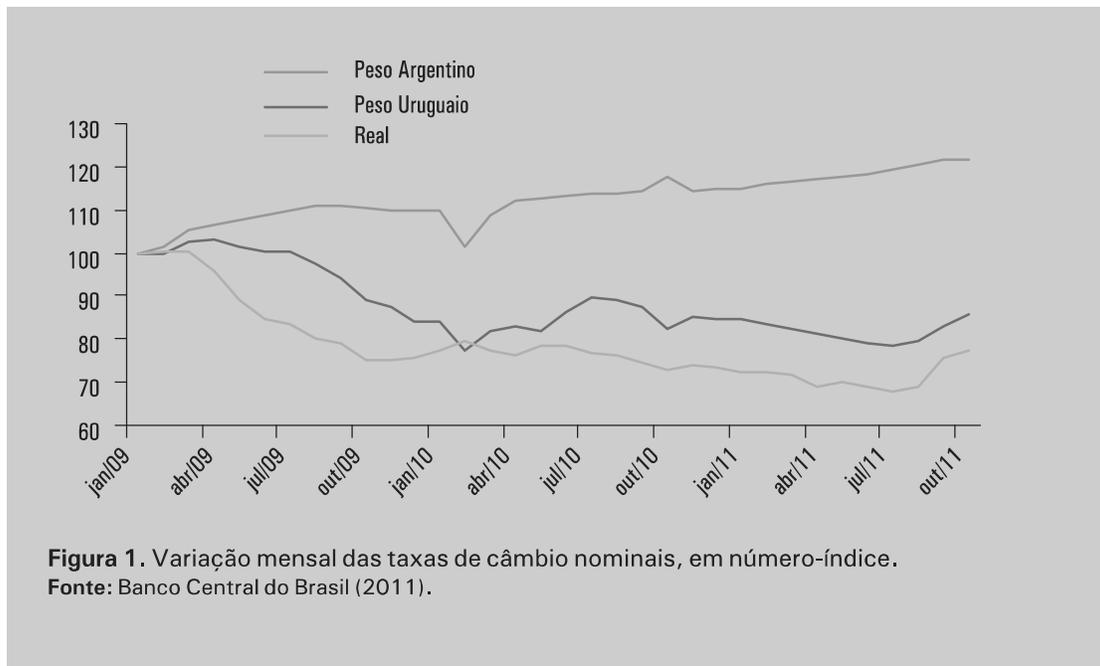
Comparando a trajetória do câmbio nominal brasileiro, após a crise econômica, com seus principais concorrentes nas exportações de lácteos no continente, Argentina e Uruguai, verifica-se a magnitude da perda de competitividade. No início de 2009, a taxa de câmbio nominal brasileira flutuava em torno de 2,30 R\$/US\$, mas já em dezembro do mesmo ano registrou uma valorização de 24%. Em

2010, a tendência de valorização do Real se manteve e no fim do ano foi verificada uma valorização de cerca de 31% frente janeiro de 2009, alcançando 1,69 R\$/US\$, ou seja, em 2 anos perdeu-se praticamente um terço da competitividade brasileira nas exportações pela valorização cambial. Já em 2011 o Real permaneceu valorizado durante boa parte do ano, alcançando o valor de 1,56 R\$/US\$ no mês de julho. Porém, no mês de outubro houve uma valorização do Dólar devido aos programas de apoio à economia, discutidos no Congresso Norte Americano, gerando otimismo com relação à moeda. O Real passou a estar na casa de 1,79 R\$/US\$, desvalorização pouco significativa se comparada à perda de competitividade gerada pela apreciação cambial dos últimos anos. O Uruguai apresentou uma valorização bem menos significativa entre 2009 e 2011, em torno de 14%, e a Argentina inclusive ganhou competitividade nas exportações com a desvalorização do peso argentino em cerca de 22% frente ao dólar americano. (Figura 1).

Tabela 1. Resultados da aplicação dos questionários: classificação dos itens pela pontuação recebida.

Fatores	Soma agregada	% do total possível
Custo da matéria-prima	38	95%
Taxa de câmbio	36	90%
Barreiras tarifárias	33	83%
Qualidade da matéria prima	32	80%
Barreiras não-tarifárias	32	80%
Custos de transporte interno (produtor – indústria)	31	78%
Custos de transporte interno (indústria – porto/aeroporto)	31	78%
Acordos comerciais	31	78%
Custos portuários e aeroportuários	28	70%
Carga tributária	28	70%
Burocracia alfandegária	27	68%
Subsídios de países exportadores	25	63%
Acesso ao financiamento para exportação	20	50%
Outros – Coordenação setorial	5	13%
Outros – Proteção ao mercado interno	5	13%
Outros – Barreiras sanitárias	4	10%
Outros – Tamanho do mercado mundial	3	8%

Fonte: Resultados de pesquisa.

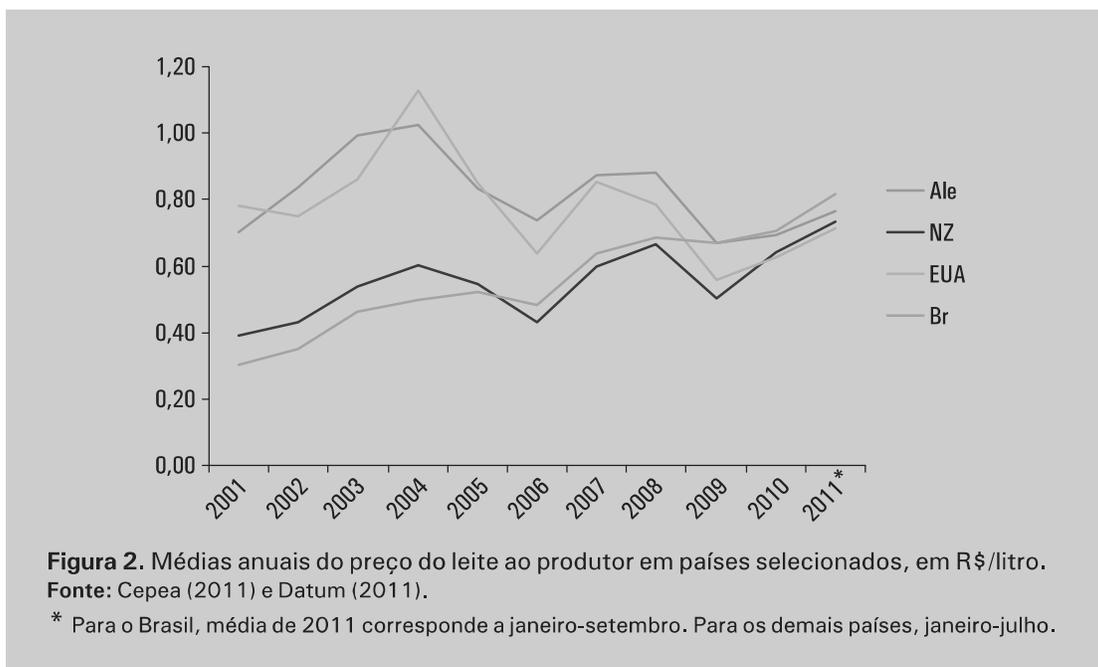


Deve-se ressaltar que o câmbio é um fator de competitividade exógeno ao mercado lácteo, ou seja, não há como as empresas que exportam terem influência na valorização ou desvalorização do câmbio, cabendo a elas saberem como atuar tanto nos momentos benéficos quanto nos períodos adversos.

A valorização cambial e a elevação no custo da produção de leite cru repercutiram em um dos principais fatores de competitividade brasileira nas exportações de lácteos, o custo da matéria prima para a indústria, que é o preço do leite pago ao produtor. Este, por sua vez, é um fator que a própria cadeia produtiva tem capacidade de melhorar, para que fatores exógenos como o câmbio e os preços internacionais não prejudiquem em demasia quando a conjuntura estiver desfavorável. Estruturalmente, o Brasil é competitivo na produção de leite, mas a elevação dos custos de produção e a valorização do Real tornaram os preços ao produtor mais caros que em países concorrentes, diminuindo sensivelmente a vantagem competitiva neste quesito.

Em Carvalho (2011) é analisada a trajetória do preço ao produtor do Brasil, comparando com grandes players no mercado internacional de lácteos, em valores já convertidos para o real. Em 2001, tinha-se no Brasil o menor preço ao produtor entre Alemanha, Estados Unidos e Nova Zelândia, com cerca de R\$ 0,30 por litro de leite, porém este valor foi paulatinamente se elevando e em 2007 e 2008, período de maior exportação brasileira de lácteos, já figurava entre R\$ 0,60 e R\$ 0,70/litro. Todavia, os altos preços internacionais compensavam o alto custo da indústria com matéria prima. Em consequência da crise mundial em 2008, o Real se valorizou ainda mais nos dois anos posteriores, enquanto moedas fortes como o Euro e o Dólar perdiam força. Isto não ajudou em nada a competitividade nacional nas exportações de lácteos, e no fim de 2010 foi registrada uma média anual de R\$ 0,70 por litro de leite, já passando a ser o maior valor entre os países analisados. Complementando as informações com dados

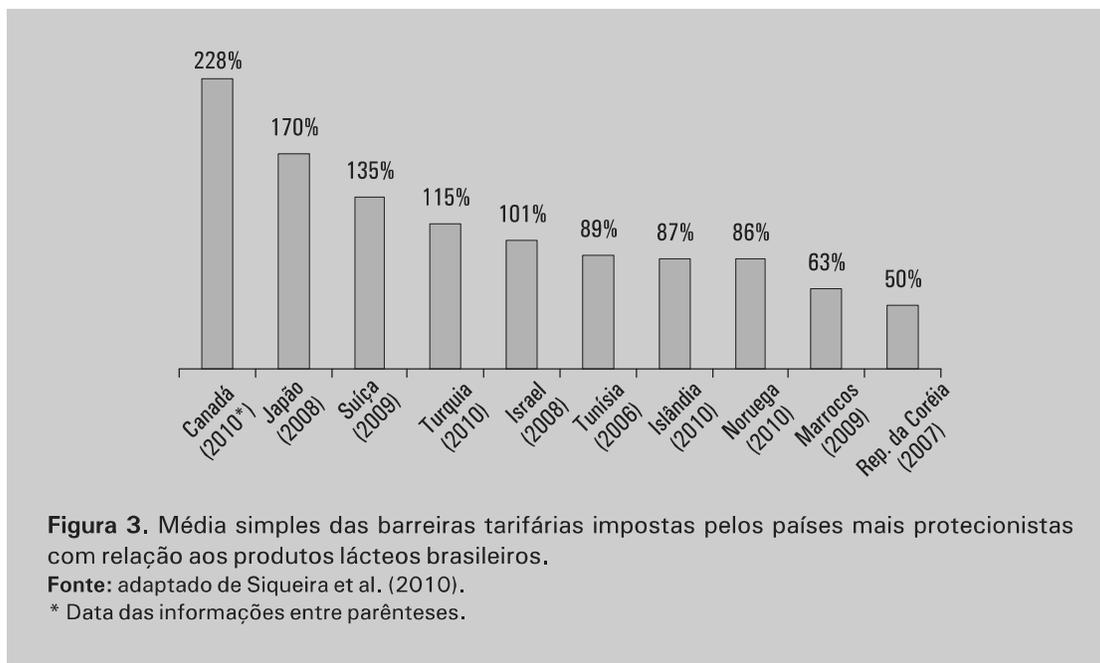
atualizados de 2011, fornecidos pelo Datum (2011) e pelo Cepea (2011), nota-se que até o momento a diferença entre o preço médio brasileiro e os preços praticados em outros países tem aumentado ainda mais, atingindo no Brasil a média de R\$ 0,82/litro de janeiro a setembro, maior valor da série histórica que se tem notícia na era do Real (Figura 2).



Além da taxa de câmbio e custo da matéria prima, o mercado mundial de lácteos sofre também muitas distorções decorrentes de políticas protecionistas adotadas pelos países, seja para assegurar sua posição no comércio internacional, seja para proteger o setor lácteo local. Para Pereira et al. (2010), a Rodada de Doha realizada em Hong Kong no ano de 2008 com o objetivo de reduzir subsídios a produtos agrícolas e tarifas de importação em países desenvolvidos foi um fracasso. Por isto, as exportações brasileiras de lácteos para países como Japão, Canadá, Estados Unidos, países europeus, entre outros, estão limitados a altas barreiras tarifárias que desestimulam as empresas a se inserirem nestes mercados. Isto, sem contar as barreiras não tarifárias, que incluem barreiras sanitárias, certificados de qualidade, quotas de importação, entre outros. Segundo Pereira et al. (2010), uma característica marcante do comércio internacional é a evolução das barreiras não tarifárias, visto que as barreiras tarifárias são muito contestadas por países que queiram se inserir em determinado mercado.

Porém, as barreiras tarifárias ainda são utilizadas em larga escala, e por isto foi escolhida pelos entrevistados como um dos maiores entraves às exportações de lácteos. Em Siqueira et al. (2010), são apontados os países que mais aplicam barreiras tarifárias aos produtos lácteos brasileiros. Nota-se que, em geral, são os países desenvolvidos que apresentam as maiores tarifas, sendo o Canadá o país que mais impõe restrições tarifárias para os derivados lácteos brasileiros, em média 228,3% no valor total

(Figura 3). De acordo com Hemme et al. (2009), países como Canadá e Japão possuem altos custos de produção de leite, por isso utilizam as barreiras tarifárias para protegerem os produtores e as indústrias locais contra uma invasão de derivados lácteos de outros países.



Este, portanto, é um fator limitante ao acesso do Brasil a novos mercados e um dos principais problemas na inserção definitiva do País no comércio internacional de lácteos como exportador líquido. O problema ainda se agrava pelo fato das barreiras tarifárias serem um fator exógeno ao setor lácteo brasileiro, este não tendo como conseguir melhorias apenas por iniciativas próprias.

Dos três fatores considerados mais importantes para a competitividade nacional nas exportações de lácteos, dois são exógenos e apenas um pode sofrer influência do setor. O câmbio valorizado e as barreiras tarifárias não podem ser melhorados pelas ações da cadeia do leite e derivados, cabendo às empresas aprenderem a lidar com momentos adversos. Já com relação ao custo da matéria prima, as empresas podem conseguir uma diminuição nos preços pagos ao produtor mantendo seus lucros, bastando que melhorias de produtividade, manejo, redução de custos de produção, entre outros sejam implantadas. Diante da conjuntura atual, pode-se dizer que tais iniciativas são fundamentais, visto que a tendência para 2011 é que o câmbio continue sobrevalorizado, e o preço do leite ao produtor se mantenha em patamares elevados, desestimulando as exportações de lácteos e mantendo a balança comercial de leite e derivados deficitária. Com esta perspectiva, dificilmente o país voltará a exportar quantidades significativas de produtos lácteos no futuro próximo.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Câmbio e capitais internacionais. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CAMBIO>>. Acesso em: 24 de outubro de 2011.
- CARVALHO, G. R. Taxa de câmbio e competitividade do leite brasileiro. Panorama do Leite. 2011. Disponível em: <http://www.cileite.com.br/content/taxa-de-c%C3%A2mbio-e-competitividade-do-leite-brasileiro>. Acesso em: 10 de outubro de 2011.
- CEPEA. Boletim do Leite. 2011. Disponível em: < <http://www.cepea.esalq.usp.br/leite/?page=155> >. Acesso em: 20 de outubro de 2011.
- DATUM. Dairy Market Information. 2011. Disponível em: <http://www.dairyco.net/datum>. Acesso em: 21 de outubro de 2011.
- HEMME et al. IFCN Dairy Report 2009, International Farm Comparison Network, IFCN Dairy Report Center, Kiel, Germany. 2009.
- PEREIRA, M.W.G.; TEIXEIRA, E.C.; GURGEL, A.C. Os custos do fracasso das negociações da Rodada de Doha para o setor lácteo nas regiões brasileiras. In: LEITE, J. L. B. et al. (Ed.). Comércio Internacional de Lácteos. 2. ed. rev. e ampl. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009. p. 203-231.
- PEREIRA, P.C.; SOARES C.F.; SILVA, O.M. Barreiras tarifárias e não tarifárias às exportações de produtos lácteos no Brasil. In: LEITE, J. L. B. et al. (Ed.). Comércio Internacional de Lácteos. 2. ed. rev. e ampl. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009. p. 131-152.
- SIQUEIRA, K.B.; LINHARES, L.F.; HOTT, M.C.; FONSECA, L.A.M. Protecionismo no mercado lácteo. Boletim CBLeite nº 13. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. 2010.